

HÁ QUEM DEFENDA QUE EXISTE CONFLITO DE INTERESSES, MAS A ADMINISTRAÇÃO DIZ QUE NÃO

## Nomeação causa mal-estar no Hospital da Terceira



**HOSPITAL** Nome da assessora foi proposto pela diretora clínica

A nomeação de uma assessora para o conselho de administração do Hospital da Ilha Terceira está a causar mal-estar entre alguma comunidade hospitalar. Fontes de DI acreditam que em causa possa estar um problema de conflito de interesses. Os responsáveis administrativos, no entanto,

É familiar do proprietário de uma empresa de venda de medicamentos e vai assumir funções na área das compras do hospital. Há quem diga que há conflito de interesses.

garantem que não.

A circular que dava conta da nomeação para o cargo de assessoria foi emitida no passado dia 27 de maio. Segundo o documento, o nome foi proposto pela diretora clínica do Hospital da Terceira. À nova assessora caberão tarefas na Comissão de Farmácia e Terapêutica; Qualidade, Planeamento e Controlo de Gestão (análise de política de compras, análise de consumos das áreas clínicas e não clínicas); formulação de propostas de processos, circuitos, procedimentos...; e estrutura de formação, ensino e investigação.

Ora, segundo fontes de DI, a nova responsável é filha do proprietário de uma farmácia e de uma empresa de armazenagem de medicamentos, o que, frizam, pode chocar com

o Código do Procedimento Administrativo.

Segundo o texto jurídico, "os titulares de órgãos da administração pública e os respetivos agentes, bem como quaisquer outras entidades que, independentemente da sua natureza, se encontrem no exercício de poderes públicos, não podem intervir em procedimento administrativo ou em ato ou contrato de direito público ou privado", nomeadamente, e entre vários casos, quando haja interesse próprio, familiar ou de relacionamento próximo, na questão em causa.

Segundo o mesmo documento, estão impedidos de intervir nos procedimentos administrativos ou nos contratos aqueles que "por si ou como representantes ou gestores de negócios de outra pessoa, tenham interesse em questão semelhante à que deva ser decidida, ou quando tal situação se verifique em relação a pessoa abrangida pela alínea anterior" ou aqueles que "tenham intervindo no procedimento como perito ou mandatário ou hajam dado parecer sobre questão a resolver".

Fontes jurídicas consultadas por DI referem, neste sentido, que a funcionária em causa não poderá desempenhar as tarefas que lhe cabem, sempre que esteja em causa a contratação de serviços à empresa do familiar.

#### TRABALHO DE CONTINUIDADE

Contactada por DI, Paula Moniz, presidente do conselho de administração do Hospital da Terceira, refere que o nome agora proposto para o cargo de assessoria já era parte integrante do órgão administrativo do estabelecimento hospitalar, até antes da entrada em funções desta nova equipa.

Trata-se, sublinhou, de um trabalho de continuidade que não apresenta qualquer risco de conflito de interesses.

"Nos dias de hoje as compras de alto nível, nos hospitais, não são feitas nas farmácias, isto é, não é usual ir diretamente à farmácia para fazer compras para o hospital. De qualquer forma, não é a assessora quem define as compras. Ela não tem poder de decisão, nem intervém no processo", referiu a responsável.

**Região** Visualizações: 185 Comentários: 0

10.JUN.2015